

Autoproteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual: percepções discentes em um contexto escolar paraense

RESUMO

Gabrielly Cristine Feio Cunha
gabrielly.cunha@aluno.uepa.br
orcid.org/0000-0002-2626-7999
Universidade do Estado do Pará
(UEPA). Belém, Pará, Brasil.

Luciana de Nazaré Farias
luciana.farias@uepa.br
orcid.org/0000-0001-8818-9810
Universidade do Estado do Pará
(UEPA). Belém, Pará, Brasil.

Este artigo aborda a autoproteção como um conjunto de práticas essenciais para capacitar crianças e adolescentes a reconhecerem, evitarem e defenderem-se de situações de violência sexual infanto-juvenil (VSIJ). O objetivo da pesquisa foi analisar a percepção dos alunos sobre a VSIJ e a adequação das orientações recebidas para sua proteção. Utilizando uma metodologia qualitativa e exploratória, baseada na Pesquisa Narrativa, a pesquisa aplicou questionários com perguntas abertas. Os resultados revelaram que as concepções dos alunos sobre o tema são, em grande parte, superficiais ou inexistentes, reflexo da falta de orientação, especialmente no ambiente familiar. Apesar disso, os alunos demonstraram interesse em aprender mais, evidenciado pela solicitação de educação sexual nas escolas. A conclusão destaca a urgência de uma educação sexual emancipatória, que permita aos alunos expressarem suas opiniões e aprenderem sobre sexualidade e violência. Além disso, a colaboração entre escolas e famílias é crucial para criar um ambiente seguro onde os jovens possam discutir suas preocupações e desenvolver habilidades de autoproteção.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Sexual. Sexualidade. Violência.

INTRODUÇÃO

Autoproteção é um conceito que se refere ao conjunto de práticas, conhecimentos e habilidades que permitem a indivíduos, especialmente crianças e adolescentes, reconhecerem, evitarem e defenderem-se de situações de abuso ou violência (Jesus, 2023). Essa abordagem é fundamental para promover a segurança e o bem-estar, capacitando os jovens a entenderem seus direitos e limites pessoais.

Promover a autoproteção envolve a educar sobre temas como consentimento, identificação de comportamentos inadequados e a importância de comunicar situações desconfortáveis ou ameaçadoras. Nesse contexto, é essencial que os indivíduos aprendam a reconhecerem sinais de perigo e a desenvolverem estratégias para se protegerem (Farias *et al.*, 2024). Tais estratégias incluem a compreensão de que têm o direito de dizer "não" a toques ou comportamentos que os façam sentir-se inseguros, bem como a habilidade de buscarem ajuda quando necessário (Muniz *et al.*, 2023).

A autoproteção desempenha um papel crucial no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, atuando na proteção direta frente a uma situação de risco e, também, como forma preventiva (Damasceno; Brito; Silva, 2024). Tal violência é uma grave violação dos direitos humanos, que causa danos físicos, morais e psicológicos às vítimas, sem necessariamente envolver contato físico direto.

O combate à Violência Sexual Infanto-Juvenil (VSIJ) exige uma abordagem interdisciplinar e toda a sociedade, por lei, tem o dever de colaborar (Brasil, 1990). Dentro desse contexto, a escola exerce um papel essencial, sendo parte integrante da rede de proteção à criança e ao adolescente. Nesse sentido, a educação sobre autoproteção também abrange a promoção de um ambiente seguro, onde os jovens sintam-se à vontade para expressar suas preocupações e experiências.

O ensino de ciências, ao abordar uma educação sexual saudável e abrangente, pode contribuir diretamente para a conscientização e autoproteção dos jovens. Ao fornecer informações sobre sexualidade, consentimento e limites pessoais, a escola promove discussões que ajudam a romper o silêncio em torno da violência sexual (Cunha *et al.*, 2023). Assim, cumpre seu dever social de proteger crianças e adolescentes por meio de uma educação transformadora.

Com base no exposto, evidencia-se que a convivência regular com a escola e os professores possibilita que esses se tornem uma ponte imprescindível para a descoberta de casos. No entanto, a grande maioria dos professores não consegue traçar estratégias para debater o tema em sala de aula, seja por falta de preparação, pouco conhecimento sobre a temática ou receio por ser um assunto ainda considerado tabu (Thiengo; Silva, 2019).

Nesse sentido, faz-se necessário refletirmos sobre qual a importância de compreender a percepção de alunos sobre a VSIJ para a elaboração de estratégias eficazes de abordagem e problematização desse tema no ambiente escolar. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar a concepção de alunos sobre a violência sexual infanto-juvenil, investigando se receberam orientações adequadas para se protegerem dessa forma de violência e como acreditam que a orientação sobre o tema pode ser aprimorada e implementada de forma eficaz no contexto educacional.

ASPECTOS GERAIS DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL

No contexto jurídico brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) descreve a VSJ como uma grave violação de direitos, estabelecendo diretrizes claras para a prevenção, punição e proteção das vítimas (Brasil, 1990). O ECA destaca a importância da proteção integral, considerando o desenvolvimento biopsicossocial das crianças e adolescentes e enfatiza a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado na promoção e defesa de seus direitos.

O abuso sexual abrange diversas ações em que o abusador use o menor como satisfação de seus desejos sexuais, variando desde atos físicos até comportamentais. Os principais abusos físicos consistem no ato de tocar ou acariciar as regiões íntimas, praticar sexo oral, vaginal, anal, masturbar a criança ou fazer com que ela o masturbe. Dentre os comportamentais, existe a exibição de pornografia, fotos de adultos nus em posições eróticas ou o próprio abusador despido com intuito de excitar o menor (Brasil, 2021; Sanches *et al.*, 2019).

A VSJ pode ser dividida entre a modalidade intrafamiliar e extrafamiliar, sendo a primeira detentora de maior número de casos (Brasil, 2021). A forma intrafamiliar refere-se a um contexto em que os abusos ocorrem dentro do ambiente familiar. Nesse cenário, os agressores, muitas vezes, são pessoas próximas, como pais, padrastos, mães, irmãos, tios ou avós, o que amplifica a complexidade e a gravidade do problema.

Por outro lado, a modalidade extrafamiliar da violência sexual contra crianças e adolescentes refere-se a situações em que os abusos ocorrem fora do ambiente familiar, envolvendo agressores que não têm vínculos consanguíneos com as vítimas. Nesse contexto, os perpetradores podem incluir conhecidos, vizinhos, amigos da família, professores, membros de instituições religiosas, entre outros.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, na última década foram mais de meio milhão de vítimas de violência sexual, sendo registrados no último ano 74.930 de ocorrência de estupros e 56.820 desses casos foram com vítimas vulneráveis, seja por idade inferior a 14 anos ou razão que não poderiam responder por elas mesmas. No entanto, devido à subnotificação de casos, estima-se que apenas 8,5% dos casos vêm a público, totalizando uma estimativa de 822 mil casos de violência sexual no Brasil anualmente (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Importante ressaltar, nesse contexto, que o Brasil é o país da América Latina com maior índice de casos de casamento infantil e o quarto maior em escala mundial (Cargnin *et al.*, 2021). O casamento e a gravidez precoce influenciam diretamente na evasão escolar e isso se deve, também, à própria instituição escolar não exercer seu papel social de proteção desses menores, seja por meio da denúncia dos casos ou por não estimular o empoderamento deles sobre seus direitos e limites.

Nesse contexto, além de ser uma ferramenta de defesa pessoal, promover a autoproteção contribui para a formação de uma cultura de respeito e empatia, em que os jovens aprendem a cuidar de si mesmos e dos outros. Ao tornarem-se mais conscientes de seus direitos e limites, os indivíduos estão mais preparados para enfrentar e prevenir situações de abuso, o que é crucial para a construção de uma sociedade mais segura e justa.

EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

O sociólogo Herbert Marcuse tinha ideias inovadoras sobre educação, especialmente em relação à sua abordagem utópica e crítica. Ele acreditava que a sociedade unidimensional havia reprimido a natureza multidimensional do ser humano, limitando suas possibilidades criativas e de realização (Lewis, 2006). Nesse viés, a educação deve atuar para reavivar esse senso perdido de possibilidade e criatividade nos indivíduos.

A sociedade unidimensional abordada por Marcuse (2013) seria aquela em que as pessoas estão submersas em uma realidade superficial e homogênea, na qual a liberdade e a diversidade são suprimidas. A partir disso, as instituições sociais, como a mídia de massa, a publicidade e a cultura de consumo, exercem um controle total sobre a consciência e as aspirações das pessoas, limitando-as a um único modo de pensar e agir (Lewis, 2006).

Marcuse (2013) via essa sociedade como uma forma de opressão que alienava os indivíduos de sua verdadeira natureza e potencialidades, reprimindo sua capacidade de imaginar e buscar uma realidade mais livre e significativa. Assim, a crítica de Marcuse à sociedade unidimensional visava a desmascarar as estruturas de poder e controle que limitavam a liberdade e a criatividade humanas, defendendo a necessidade de resistência, transformação e busca por uma sociedade mais justa e emancipada (Lewis, 2006).

Por outro lado, a natureza multidimensional, a qual Marcuse (2013) descreve ser reprimida, refere-se à complexidade e à diversidade inerentes ao ser humano, que vão além das limitações impostas pela sociedade unidimensional. Tal natureza inclui aspectos como a criatividade, a imaginação, a capacidade de questionar e resistir, a busca por significado e liberdade, entre outros (Lewis, 2006).

Uma forma de transcender as limitações e alienações da sociedade unidimensional seria por intermédio da imaginação utópica, a qual consiste na capacidade de conceber e visualizar um mundo alternativo e melhor do que o existente (Lewis, 2006). Segundo Marcuse (2014), a utopia envolve a criação de visões e ideais de uma sociedade mais justa, igualitária e emancipada, em que a liberdade, a criatividade e a realização plena dos indivíduos são priorizadas.

A utopia de Marcuse (2014) não se limita a meras fantasias ou a devaneios, pois é vista como uma ferramenta poderosa para a crítica social e a transformação política. Ao estimular a imaginação utópica, o autor busca inspirar as pessoas a questionarem as estruturas de poder existentes, a desafiarem as injustiças e a engajarem-se em ações concretas para construir um mundo mais humano e solidário (Lewis, 2006).

Partindo dos pressupostos descritos anteriormente, Marcuse (2001) constrói a ideia da educação emancipatória, que se fundamenta em três pontos principais: (1) desafiar a hegemonia unidimensional, ao estimular a reflexão sobre as condições sociais e políticas que limitam a liberdade e a diversidade; (2) cultivar a imaginação utópica, ao encorajar a exploração de novas possibilidades à realidade existente e incentivar a busca por uma sociedade mais justa e igualitária; e (3) fomentar a resistência criativa, ao capacitar os indivíduos a questionarem as normas estabelecidas, a desafiarem as injustiças e a engajarem-se em ações transformadoras em prol da emancipação pessoal e coletiva.

A partir dessa visão emancipatória, Marcuse também defendia que a sexualidade humana não deveria ser encarcerada por tabus e preconceitos, pois é parte inerente do indivíduo. Marcuse argumentava que a sociedade contemporânea gerava uma repressão excedente por meio de restrições excessivas à sexualidade (Togei, 2022). Nessa perspectiva, a educação deveria atuar como meio conscientizador para a criação de uma nova sociedade que permitisse uma sexualidade emancipatória e a realização do potencial humano.

Um dos aspectos principais da educação emancipatória consiste em promover a autoproteção dos indivíduos. Ao possibilitar o conhecimento sobre o corpo e os direitos individuais, a autoproteção empodera crianças e adolescentes, permitindo que eles se sintam mais seguros e confiantes em suas interações sociais. Além disso, educação sobre autoproteção também contribui para a criação de um ambiente de diálogo aberto, em que os jovens se sentem à vontade para discutir questões relacionadas à sexualidade e à violência, reduzindo o estigma e o silenciamento que cercam esses temas.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é de caráter qualitativa do tipo exploratória descritiva (Minayo, 2007), a qual busca entender a complexidade dos fenômenos sociais, explorar as perspectivas dos participantes e capturar a subjetividade envolvida nas experiências humanas. O método de investigação é baseado nos princípios da Pesquisa Narrativa (PN) de Clandinin e Connelly (2015), que busca compreender e interpretar experiências humanas complexas por meio da investigação de narrativas pessoais.

A PN na educação pode ser aplicada em diferentes níveis e contextos educacionais e em diversas áreas, contribuindo para a compreensão mais aprofundada dos processos de aprendizagem, formação de identidade, relações interpessoais e outros aspectos relevantes para a prática pedagógica. Ao coletar e analisar as narrativas, é possível identificar temas, padrões, conflitos, desafios e oportunidades presentes nas experiências educacionais. Essa abordagem ajuda a dar voz aos participantes, além de possibilitar a reflexão crítica sobre práticas educativas e a construção de conhecimento coletivo.

A pesquisa narrativa educacional baseada em Clandinin e Connelly (2015) envolve a coleta de narrativas por meio de diferentes métodos, como entrevistas, diários, relatos escritos ou outras formas de expressão narrativa. Para os autores, a investigação narrativa da experiência dos participantes em determinado evento permite analisar construções sociais e culturais que refletem a sua identidade, seus valores e suas crenças. Na presente pesquisa, foi utilizado o método de questionário com perguntas abertas.

Segundo Batista *et al.* (2021), o inquérito por questionários possibilita uma sistematização e recolha de dados mais otimizada, além de permitir maior representatividade da amostra e uniformização dos dados. No contexto da educação, o uso de questionários pode ser uma ferramenta valiosa para coletar dados de muitos participantes, como estudantes, pais, professores ou administradores (Creswell, 2003). Os questionários permitem obter informações sobre uma variedade de tópicos, como atitudes, percepções, experiências e opiniões dos participantes.

Para Creswell (2003), a formulação de um questionário deve levar em consideração a linguagem apropriada ao público-alvo, garantindo a confidencialidade e anonimato dos dados coletados, respeitando os aspectos éticos e de consentimento, especialmente quando envolve estudantes menores de idade. Para evitar maior constrangimento devido à sensibilidade do tema, as perguntas foram mais diretas e menos invasivas (Quadro 1), permitindo analisar a ideia geral que os alunos possuem sobre o tema.

Quadro 1 - Perguntas abertas utilizadas no questionário.

1.	Você já ouviu falar de Violência Sexual contra crianças e adolescentes?
a)	Caso a sua resposta anterior foi “sim”, o que você sabe a respeito dessa violência?
b)	Se a sua resposta foi “não”, você consegue imaginar o que pode ser essa violência? Se sim, comente o que acha.
2.	Em algum momento da sua vida, você já recebeu orientação para proteger-se de pessoas e situações que possam te fazer mal? Se sim, como foi e quem orientou?
3.	Para você, o que pode ser feito como forma de orientações contra a Violência Sexual Infanto-Juvenil?

Fonte: Autoria própria (2024).

A escola onde a pesquisa foi realizada está situada no bairro Guamá, Belém/PA, a qual oferece turmas de Ensino Fundamental Maior e Ensino Médio. A aplicação da pesquisa aconteceu em duas turmas de 8º ano, com o total de 45 participantes, os quais têm idade entre 13 e 16 anos e são moradores do bairro onde a escola está localizada. Cabe ressaltar que participaram apenas aqueles que assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e aqueles em que os pais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A escolha do 8º ano do ensino fundamental deve-se ao fato de ser estabelecido na BNCC que nesse ano os objetos de conhecimento da unidade temática “vida e evolução” são mecanismos reprodutivos e sexualidade (Brasil, 2018). No entanto, normalmente, essa temática acaba sendo abordada apenas no sentido anatômico e fisiológico, sem levar em consideração o social e, quando leva, é apenas ao falar de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

Este artigo representa um recorte dos dados iniciais de uma pesquisa de mestrado, focando em aspectos específicos que emergiram durante o processo de diagnose. Ao selecionar e analisar essas informações, buscamos oferecer uma compreensão mais aprofundada do tema abordado, contribuindo para o debate acadêmico e destacando as principais questões que serão exploradas ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abordar temas sensíveis com alunos que estão entrando na adolescência é um grande desafio para muitos professores, visto que existe uma diversidade de reações que os estudantes podem apresentar ao tema (Cunha *et al.*, 2023). Essa variedade foi percebida durante a entrega dos questionários aos alunos, pois muitos leram as perguntas com expressões de surpresa ou estranheza, enquanto outros faziam brincadeiras com o tema.

Dos 45 participantes totais, apenas 4 declararam que nunca tinham ouvido falar sobre VSII. Entretanto, dentre aqueles que responderam que já haviam escutado sobre alguns confundiram com outros tipos de violência, principalmente a agressão física, como caso do aluno A2 que a descreveu como: “*Pode ser mãe ou pai batendo com pau*”. Tal fala específica pode significar que o aluno possui contato com esse tipo de violência.

As falas indiretas dos alunos podem indicar violência intrafamiliar de várias formas sutis que, muitas vezes, revelam o sofrimento e a opressão que eles enfrentam em casa. Conforme descrevem Cordeiro *et al.* (2020), essas falas indiretas são cruciais para que educadores e profissionais possam perceber sinais de alerta e oferecer o suporte necessário, criando um espaço seguro para que os alunos possam, eventualmente, compartilhar suas experiências de forma mais aberta.

Quanto às opiniões e conhecimento prévio dos alunos sobre a VSII, a maioria destacava o quanto repudiava tal ato, descrevendo que era algo errado, horrível ou crime, mas sem conseguir descrever o que realmente significaria essa violência. Essa concepção é muito comum na sociedade, em que os indivíduos reconhecem a gravidade da violência, porém não possuem uma compreensão exata do que ela representa.

Durante a aplicação do questionário, percebemos que alguns alunos apresentavam postura desconfortável ao tema. Quando nos aproximávamos, comentavam que achavam ser algo muito pesado, triste e que gerava um incômodo por saberem que existem pessoas que passam por isso. Tais falas repetiram-se em suas respostas, destacando o quanto deve ser traumatizante, sendo causada por pessoas maldosas e que isso nunca deveria acontecer com crianças e adolescentes.

Outros quatro alunos citaram o termo “abuso” como descrição para a VSII e outros a descreveram de sua maneira, por exemplo: “*Que é uns homens ou mulheres adultos que se relacionam com crianças*” (A18); “*Não pode pegar adolescente não*” (A11); e “*Uma menina foi abusada com o pau*” (A7).

Esse último aluno citado apresentou diferentes comportamentos ao longo do processo. Quando o tema foi apresentado à turma, ele fez brincadeiras e piadas com os amigos. No momento de responder o questionário, sua postura mudou gradativamente e, ao final, fez um risco por cima de sua resposta. Ao devolver o questionário, o aluno pediu desculpas com vergonha por ter brincado com algo que é triste para outras pessoas.

Percebemos que esse tipo de comportamento pode estar associado ao desconforto causado pelo tema por ser considerado um grande tabu na sociedade. Muitos alunos, principalmente meninos, têm a tendência de lidar com temas desconfortáveis de forma cômica ou na tentativa de diminuir ou esconder seu desconforto (Barbosa, 2022).

Ao analisarmos a situação, entendemos que isso está relacionado ao pouco, ou inexistente, diálogo familiar, refletido no fato do aluno dizer que teve orientação da família sobre como proteger-se dessa violência, mas, verdadeiramente, não saber descrever o que a família o orientou. Dessa forma, observando a postura do aluno, e seu discurso, identificamos que ele realmente não teve orientação sobre autoproteção.

Tal fato foi possível identificar na fala de outros alunos, visto que 5 alunos afirmaram ter recebido orientação, contudo não souberam responder quem havia orientando-os e nem de que forma ocorreu. Outros 19 alunos informaram por quem haviam sido orientados, porém sem dizer a orientação recebida. Dentre os alunos citados, constatamos que alguns buscavam entender mais sobre o assunto, seja solicitando no formulário ou perguntando em particular após a entrega do questionário.

Nesse sentido, vê-se a necessidade de promover uma educação emancipatória em prol de desmistificar tabus impostos pela sociedade unidimensional, permitindo-lhes desenvolver plenamente sua natureza multidimensional e buscar uma vida mais autêntica e significativa. Segundo Marcuse (2009), por meio da educação emancipatória, é possível promover a conscientização crítica e a resistência criativa contra problemáticas enraizadas na sociedade.

Alguns dos alunos que solicitaram mais orientações, designaram esse papel à escola por intermédio da promoção à educação sexual. Em concordância, Farias *et al.* (2024) descrevem a educação sexual como fundamental para ensinar jovens sobre consentimento, limites e o que constitui um comportamento apropriado e inadequado, facilitando o reconhecimento de situações de risco e a entender seus direitos.

Nesse sentido, também destacamos a importância da implementação de programas de capacitação para os educadores, abordando como identificar e agir em situações de abuso sexual, incluindo a formação contínua em educação sexual e direitos das crianças. Afinal, para proporcionar uma educação de caráter emancipatório ao aluno, é fundamental que o professor tenha o conhecimento necessário para fazê-la dentro do seu campo, sem esquecer, também, o papel familiar.

Dentre os alunos que receberam orientação, para quase todos, ela partiu de algum familiar (25) e a figura materna foi a predominante em 20 deles, enquanto o pai apareceu apenas em oito falas. De acordo com Couto e Casarini (2021), a mãe é frequentemente retratada como central na proteção e orientação para a autoproteção dos filhos devido ao papel historicamente atribuído a elas de cuidadoras primárias no ambiente familiar.

Entre algumas orientações positivas, ou seja, que incentivavam o respeito e autocuidado com os limites pessoais, podemos destacar algumas falas: *“Que não é pra deixar nenhum homem me tocar e nem deixar tirar gracinha”* (A9); *“Que caso isso aconteça é pra dizer não e fala com os pais”* (A15); e *“Quando alguém te tocar, ligar para polícia ou contar para alguém ouvir”* (A32).

Outros alunos apresentaram posturas problemáticas, no sentido de defender que o combate à violência sexual deveria acontecer por meio da violência física. Os alunos A38 e A39 descreveram que a orientação recebida para se protegerem da VSIJ foi, respectivamente, *“Bater mais forte”* e *“Para eu dar porrada”*.

A opinião dos pais influencia diretamente na percepção desses alunos sobre a temática e ambos destacam isso ao descreverem que a forma de proteção à VSIJ é, para A39, por pena de morte e, para A38, *“Ter aquelas armas de proteção, assim a pessoa que machucasse ia sair mais machucada”*. De acordo com Barros e Rocha (2021), as atitudes, crenças e valores que os pais transmitem em relação à violência

moldam o modo como as crianças e adolescentes enxergam e respondem a situações de conflito ou ameaça.

Entendemos que a criação de um ambiente de apoio, diálogo e ensinamentos construtivos pelos pais pode ser crucial para que os filhos desenvolvam atitudes saudáveis e eficazes em relação à autoproteção e à resolução de conflitos. Isso porque, além de ser uma ferramenta de defesa pessoal, a autoproteção contribui para a formação de uma cultura de respeito e empatia, em que os jovens aprendem a cuidar de si mesmos e dos outros (Muniz *et al.*, 2023).

Em última análise, quanto às formas de orientação que os alunos indicavam, muitos abordaram a escola e a família como instituições principais para que ela ocorra, bem como a necessidade de um ambiente aberto de diálogo. Segundo Marcuse (2001), os indivíduos possuem potencialidades e curiosidades que são reprimidas e subjugadas em uma sociedade que busca uniformidade e conformidade, sendo necessário possibilitar a multidimensionalidade por meio da desmistificação de tabus enraizados na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar a violência sexual infanto juvenil em sala de aula representa o enfrentamento de tabus sociais que impedem a promoção da autoproteção para crianças e adolescentes, favorecendo a perpetuação dessa violência em silêncio. Com base nas análises realizadas nos discursos dos alunos, percebemos que as suas concepções sobre a temática são muito superficiais ou inexistentes. Tal fato deve-se à deficiência da orientação dada a esses alunos sobre o assunto, principalmente no contexto familiar, sendo que muitos nem chegaram a receber qualquer instrução ou conselho.

Essa lacuna faz com que os alunos se sintam desconfortáveis quando o tema da violência sexual é abordado, dificultando o diálogo aberto e, também, que eles consigam perceber e enfrentar possíveis situações dessa violência. No entanto, mesmo com estranheza, os alunos demonstram o interesse em aprender mais sobre o assunto, fato que podemos perceber na solicitação de educação sexual na escola.

Nesse sentido, evidenciamos a necessidade de promover uma educação sexual emancipatória para que os alunos possam ter a liberdade de expressar suas opiniões e aprender, não somente sobre a violência, mas, sobretudo, o que está relacionado à sexualidade. Portanto, é fundamental que as escolas e as famílias trabalhem juntas para fornecer essa orientação, promovendo um ambiente onde os alunos sintam-se confortáveis para discutir suas preocupações e aprender sobre autoproteção.

Self-protection of children and adolescents against sexual violence: student perceptions in a Pará school context

ABSTRACT

This article discusses self-protection as a set of essential practices to enable children and adolescents to recognize, avoid and defend themselves from situations of child and adolescent sexual violence (CASV). The aim of the research was to analyze the students' perception of the CASV and the adequacy of the guidance they received for your protection. Using a qualitative and exploratory methodology, based on Narrative Research, the research applied questionnaires with open questions. The results revealed that the students' conceptions on the subject are largely superficial or non-existent, a reflection of the lack of guidance, especially in the family environment. Despite this, the students showed interest in learning more, as evidenced by the request for sex education in schools. The conclusion highlights the urgency of emancipatory sex education, which allows students to express their opinions and learn about sexuality and violence. In addition, collaboration between schools and families is crucial to creating a safe environment where young people can discuss their concerns and develop self-protection skills.

KEYWORDS: Sex education. Sexuality. Violence.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, L. P. **Gênero e sexualidade em uma escola pública do município de São Paulo: entre desafios, dificuldades e motivações**. 2022. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48137/tde-17052022-142232/>. Acesso em: 1 out. 2024.
- BARROS, D. J. L.; ROCHA, R. S. Influência do contexto familiar na vida escolar de alunos adolescentes do ensino fundamental. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 11, 2021.
- BATISTA, B. F. *et al.* Técnicas de recolha de dados em investigação: inquirir por questionário e/ou inquirir por entrevista?. In: SÁ, P.; COSTA, A. P.; MOREIRA, A. (org.). **Reflexões em torno de Metodologias de Investigação**: recolha de dados. Aveiro: UA Editora, 2021. v. 2, p. 13–36.
- BRASIL. **Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes**: Abordagem de Casos Concretos em uma Perspectiva Multidisciplinar e Interinstitucional. Brasília, DF: Governo Federal, 2021.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial da União**, 13 jul. 1990.
- CARGNIN, J. S. S. *et al.* Violência sexual em mulheres na Amazônia Ocidental. **Revista de Saúde Pública**, n. 55, p. 92, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055003069>. Acesso em: 5 dez. 2021.
- CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Pesquisa Narrativa**: experiência e história em pesquisa qualitativa. 2. ed. Uberlândia, MG: EDUFU, 2015.
- CORDEIRO, K. C. C. *et al.* Expressions of domestic violence against adolescents: Educators' speeches. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 3, 2020.
- COUTO, L. D.; CASARINI, K. A. Reflexões sobre a relação mãe-filho em um contexto de violência sexual infantil intrafamiliar: um estudo de caso. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 9, n. 1, p. 169, 2021.
- CRESWELL, J. W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. [S. l.]: Sage Publications, 2003.
- CUNHA, G. C. F. *et al.* Violência Sexual Infantil: a importância de incluir temas sociais na formação inicial docente. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 1, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/38430>. Acesso em: 6 jun. 2023.
- DAMASCENO, D. P.; BRITO, A. D. C. U.; SILVA, N. P. Educar é prevenir: Práticas de ensino para prevenção primária da violência sexual na infância. **Ensino de Ciências e Humanidades**, v. 8, n. 1, p. 125–142, 2024.
- FARIAS, I. C. V. de *et al.* Estratégia de prevenção para o abuso sexual de crianças e adolescentes: uma revisão integrativa. **Gestão & Cuidado em Saúde**, v. 2, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/gestaoecuidado/article/view/12214>. Acesso em: 1 out. 2024.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, SP: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- JESUS, K. E. **Educação Sexual nas escolas**: Um debate de ruptura do ciclo da violência sexual na infância e adolescência. 2023. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

- LEWIS, T. Utopia and Education in Critical Theory. **Policy Futures in Education**, v. 4, n. 1, p. 6–17, 2006.
- MARCUSE, H. Lecture on Higher Education and Politics, Berkeley, 1975. In: KELLNER, D. (org.). **Marcuse's Challenge to Education**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2009. p. 39–44.
- MARCUSE, H. **Marxism, Revolution and Utopia**: Collected Papers of Herbert Marcuse. Londres: Routledge, 2014. v. 6.
- MARCUSE, H. **One-Dimensional Man**: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society. 2. ed. Londres: Routledge, 2013.
- MARCUSE, H. **Towards a critical theory of society**. Londres: Routledge, 2001. v. 2.
- MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 9–30.
- MUNIZ, C. E. N. *et al.* Impactos psicossociais associados aos fatores de risco e de proteção em crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15, n. 10, 2023. Disponível em: <https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/1769>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- SANCHES, L. D. C. *et al.* Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. **Revista Iberoamericana de Bioética**, n. 9, p. 1–13, 2019.
- THIENGO, R. E.; SILVA, R. **Abuso Sexual Infantil**: Guia de Orientação ao Professor. Vitória, ES: Editora IFES, 2019.
- TOGEIRO, M. C. A fantasia em Marcuse como abertura emancipatória. **Das Questões**, v. 14, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/40201>. Acesso em: 16 fev. 2024.

Recebido: 4 outubro 2024.

Aprovado: 1 novembro 2024.

DOI: <http://dx.doi.org/10.3895/etr.v8n3.19373>.

Como citar:

CUNHA, G. C. F.; FARIAS, L. de N. Autoproteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual: percepções discentes em um contexto escolar paraense. **Ens. Tecnol. R.**, Londrina, v. 8, n. 3, p. 301-312, set./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/etr/article/view/19373>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Gabrielly Cristine Feio Cunha

Rodovia Augusto Montenegro, Km 03, s/n, Mangueirão. Belém, Pará, Brasil.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

